

Pauta: Transtorno do Espectro Autista

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): (14h20min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. Boa tarde a todos e todas. Com uma pauta muito importante, uma das pautas que já trouxemos aqui para esta Casa, nesta Comissão e, através também do nosso colega que hoje vai presidir os trabalhos, o colega Ver. Cassiá Carpes. Também agradeço a presença do Ver. Alvoni Medina, do Ver. Pedro Ruas e do Ver. Prof. Alex. Este ano eu tomei posse, assumi, nesta Casa, no dia 2 de fevereiro e já fui incumbido como Presidente desta Comissão, sempre fazendo o agradecimento aos colegas que têm me dado todo apoio, apesar de ter chegado agora nesta Casa, mas fui conselheiro tutelar por quase 20 anos aqui na cidade de Porto Alegre, da região Humaitá, Navegantes e Ilhas, e vou sempre agradecer aos colegas por estarem me auxiliando, me prestando essa parceria, porque eu sempre digo que nós não estamos aqui para fazer para nós; nós estamos aqui para o que for melhor para a população, para vocês. Então hoje foi trazida essa pauta, nós já tivemos uma pauta aqui, outra vez, para tratar desse tema muito importante. Quero convidar para compor a Mesa para fazer parte desse debate, desse diálogo, na tarde de hoje, a Karla Fernanda Wunder da Silva; a Sra. Madeleine Scop Medeiros, representando a Secretaria da Saúde; a Dra. Fabiana Eloísa Mugnol; o diretor Márcio Almeida; a Sra. Josiara Souza, professora da educação especial, representando a Secretaria da Educação do Município de Porto Alegre. Aos poucos o pessoal vai chegando, acho que tem mais pessoas para chegar. A Luciana também está aí presente. Passo a palavra ao Ver. Cassiá Carpes, para darmos início aos trabalhos da reunião de hoje.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Boa tarde a todos, essa pauta é oriunda de uma Tribuna Popular da Câmara, onde o tema foi levantado por mães, pais, um assunto muito pertinente, e eu já tinha presenciado, em outra oportunidade aqui, e achei o tema interessante, complexo. É um assunto que os pais conhecem muito mais do que nós, e a gente sentiu que havia ainda um espaço

para que pudéssemos dialogar, buscando alternativas, buscando algumas questões que ajudassem não só os pais, mas a própria Secretaria de Educação, a Prefeitura. Nós temos por norma aqui, desde que eu fui Presidente por duas vezes, que o proponente da ação, no caso hoje sou eu, de fazer a abertura. Mas como disse para algumas colegas que estão aqui, eu venho de uma operação de arritmia e amanhã completa uma semana. O médico me liberou hoje, mas eu não vou comandar, eu declino do comando, até porque vocês sabem que a gente, cheio de remédio, fica meio zozzo. Quem já se operou sabe. Eu já sou experiente, vou para a sexta operação e, automaticamente, eu deixo a palavra ao Presidente para que tenha uma boa reunião. Vou ficar mais um pouquinho, mas seguida vou me retirar, porque eu ainda estou me cuidando bastante. Com o coração não dá para brincar. O coração tem que estar forte, ainda mais agora vem a Copa do Brasil, que a dupla Gre-Nal vai ter que enfrentar. Então eu desejo a vocês uma bela reunião, tenho compreensão e certeza de que farão uma boa reunião, conseqüentemente, com isso, buscando o diálogo alternativo porque sempre se descobre aqui, através dessas reuniões, com pautas bem diferenciadas, assuntos que possam, às vezes, ser encaminhados durante a reunião. Os encaminhamentos são muito importantes buscando mais diálogo, mas alternativas e é nesse sentido que as Comissões desta Casa... Hoje a única Comissão que está funcionando na Casa é nossa, depois do feriado. E eu fiz questão de vir aqui, não tinha muitas condições, mas o médico me liberou e, conseqüentemente, com isso, nós mostramos o nosso objetivo que é colaborar com vocês, interagir no sentido de buscar alternativas. Só quem tem filho com essa natureza é que pode dimensionar. Eu não tenho, graças a Deus, muitos de nós aqui não têm, mas quem tem sabe como administrar, sabe como buscar alternativas. E a educação e a saúde são, sem dúvida, canais importantíssimos para amenizar, porque eu entendo que não é sofrimento da família, isso aí vocês acabam... Eu tenho, por exemplo, um cunhado que hoje está com 50 e poucos anos, e ninguém vê que ele tem problema, mas desde os quatro anos tem o cérebro aberto e ele convive, mas ele vive com a mãe dele. Estou dizendo isso porque é interessante, ela só vive para ele, ela mais para ele do que ele para

ela. Disso eu tenho certeza, a mãe está com 86 anos, estão lá os dois, se eles saem, já nos chamam, ainda bem que nós moramos perto. “Ah, o Ulisses não chegou”. Então tu tens que sair, às vezes, de noite, procurar. Esse aspecto é importantíssimo. Eu tenho certeza que nós vamos, com a comissão, contribuir para um bom diálogo e buscar alternativas. Um abraço a todos. Passo ao presidente novamente. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Chamo para fazer parte da Mesa a Dra. Daniele e a Sra. Érika Rocha, do projeto Angelina Luz. Nesta comissão, como algumas pessoas estão acompanhando, o meu colega Ver. Cassiá já colocou, nós temos a praticidade de todos presidirem. Não tenho a vaidade de eu sempre presidir, porque cada um tem seu tema, cada um tem sua bandeira. Unindo todas as bandeiras, a nossa é a mesma, é fazer o que for melhor para a sociedade, enfim, para as nossas crianças e adolescentes. Essa bandeira é uma bandeira que eu levanto muito, principalmente, dentro do meu gabinete. Todas as sextas-feiras, através do MOAB, o pessoal do MOAB, ali da Isabel, nós atendemos às mães, famílias com dificuldades, com problemas, com situações envolvendo... Como eu fui conselheiro tutelar por quase 20 anos, eu atendia muitas mães. Ser conselheiro tutelar, eu sempre digo, este ano tem eleição... Nós, que somos os conselheiros, eu fui conselheiro, foram quase 20 anos, ficou muito entranhada essa questão do conselho, muitas mães procuraram o conselho, e nós, através do Conselho Tutelar, a gente tinha que fazer essa interlocução, garantir o direito, porque o Conselho Tutelar sempre trabalho no direito violado das crianças e dos adolescentes. Essas mães, com um primeiro diagnóstico, com o tratamento, porque hoje, infelizmente, a demora... O primeiro atendimento até é rápido, mas, depois, para o primeiro diagnóstico, para o tratamento, é muito demorado. Muitas vezes, as mães acabam desistindo, são abandonadas pelos seus companheiros, porque é uma luta diária com os seus filhos, e não é fácil a gente ter essa luta sozinho. Os pais, muitas vezes, as mães, principalmente, chegavam até nós lá, e nós com muitas representações via Ministério Público, para que as coisas acontecessem,

saíssem do papel. Uma mamãe não pode esperar, muitas vezes, 700 dias para ter um diagnóstico, para ter um tratamento. O último atendimento que eu tive no Conselho Tutelar, Pedro, Prof. Alex e demais colegas, uma mãe já estava com um empréstimo quase pronto, R\$ 4 ou R\$ 5 mil, para ter um diagnóstico, para que o seu filho tivesse uma vida normal, para que as pessoas, os profissionais, enfim, a rede pudesse saber como lidar com a situação do seu filho. A inclusão é linda, é maravilhosa, eu sempre falo isso, mas, muitas vezes, na prática, é totalmente diferente do que a gente imagina. Eu vivi isso, e hoje é uma das bandeiras que eu trago para esta Casa, até pelo fato dessa desburocratização. Eu acho que é importante a desburocratização, e só não tem mais demandas ainda porque muitos pais desistiram por causa dessa burocracia, desses obstáculos que eles encontram. Isso é uma coisa diária que a gente vem trabalhando, e muitas vezes é uma questão de orientação. Eles não conseguem ter uma orientação adequada, eles não querem nada, eles querem, simplesmente, caminhar com as pernas deles. Só que muitas vezes é muita burocracia, é muita dificuldade, é muito não e não e não, e os pais acabam desistindo e lidando e trabalhando com o que têm. Nesse sentido, agradeço, Ver. Cassiá, por ter trazido essa pauta, por ter trazido esse tema com pessoas capacitadas, com profissionais. Acredito que a gente, mais uma vez aqui, é a segunda reunião este ano envolvendo esse tema, para que a gente consiga ter fluxos e também ter uma reunião produtiva. O meu colega trouxe aqui, eu peço também para fazer parte da Mesa a Luciana Campos, a Gisele dos Santos e a Nara Pinheiro, para fazer parte junto com a gente, para poder qualificar. Eu peço que, quando vocês forem falar, digam o seu nome, a entidade, para que fique tudo registrado, a ata vai ficar toda registrada.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Um breve registro, presidente Conselheiro Marcelo; meus cumprimentos ao Ver. Cassiá Carpes, proponente da sessão do dia de hoje; Ver. Alvoní Medina, Ver. Alexandre Bobadra, Ver. Alex Fraga. Também cumprimento a Carla, a Fernanda, o Márcio, diretor da escola; a Daniele, nossa psicóloga; a Érika, a Luciane, a Gisele e a Mara, bem como as

representantes. À exceção da Mesa, ali nós temos quase só mulheres, isso é importante e revelador. Claro que, na questão dos órgãos públicos, é mais coincidência do que revelação, mas aqui é revelação, porque são as mães, de fato, como disse o presidente Conselheiro Marcelo, que têm o grande encargo. Eu quero ser muito breve e dizer que esta pauta me sensibiliza muito, como qualquer outra em que a cidadania fica prejudicada, porque a sociedade não toma conta como deveria de pessoas com necessidades especiais. Nós temos, presidente Conselheiro Marcelo, o direito à vida e o direito à morte, é um direito, o que vem da natureza é um direito. Mas, quando nós temos alguém que depende de nós sempre, e o tempo passa, Cassiá, nós ficamos com medo do tempo, eu conheci e conheço muitos casos, nós temos medo do tempo, porque o tempo vai nos envelhecendo, como é o meu caso, vai nos deixando doentes, como é meu caso também, vai nos criando problemas, e a gente fica com medo, mas não é por nós, é por quem vai cuidar dos nossos. Essa é tarefa da sociedade, é isso que eu quero deixar bem claro, representada pelos governos em nível municipal, estadual e federal; é assim nos países avançados do mundo. Não é o nosso caso, mas nós temos que buscar essa condição, seja para vocês, particularmente, que trazem o problema porque sofrem, ou porque são responsáveis, como o diretor Márcio, ou os representantes e as representantes da Prefeitura.

Aqui finalizo, presidente Marcelo, agradecendo a oportunidade que o Ver. Cassiá nos deu, de tratarmos um tema de tamanha relevância, porque isso aqui dá sentido aos mandatos, isso é verear, como dizer antigo vereador Paulo Sant'Ana, que foi meu colega nos anos 1980, e definia algumas coisas como sendo verear e outras não; isto é. Outras coisas são menos importantes, outras não, mas é isto é verear, tenho certeza, por isso é fundamental que vocês tenham a clareza de que nós temos esse compromisso, podemos não ter a competência, mas temos o compromisso e vamos em busca da competência, e nisso tudo nós temos que trabalhar juntos, e é o que faremos, presidente Marcelo. Muito obrigado.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Algum colega gostaria de se manifestar? (Pausa.) O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Boa tarde a todos, cumprimento nosso presidente Conselheiro Marcelo, cumprimento todos os colegas vereadores. Quero só destacar aqui um projeto de nossa autoria, protocolado dia 17 de abril de 2023 que dispõe sobre o direito da pessoa com transtorno do espectro autista – TEA de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão de assistência, animal de estimação ou apoio emocional. É um projeto protocolado pelo nosso gabinete, acho que ajuda, há vereadores mais ligados a esse tema, como o Ver. Cassiá, mas sou parceiro, sou amigo e quero colocar o nosso gabinete à disposição para ajudar vocês nas votações da Casa, no que vocês precisarem e também nas questões das emendas impositivas. Eu tenho um sobrinho que é autista, ele mora em Caxias, é filho do meu irmão, o Estevão, um guri maravilhoso. Eu sou solidário a vocês, contem conosco no que vocês precisarem.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Dando início à rodada, passo a palavra à Sra. Érika Rocha.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Quero cumprimentar todos os vereadores, presidente, todas as pessoas que estão hoje nesta reunião que é de extrema importância. Sou mãe atípica, presidente do projeto social Angelina Luz, hoje a gente acolhe um pouco mais de 500 famílias atípicas aqui da capital, 90% dessas famílias estão em vulnerabilidade social, famílias de mães solo, em que o diagnóstico entrou pela porta e o pai pulou a janela, mães que nunca conseguiram retornar para sua profissão, mães que não se enxergam mais como mulheres, porque elas são mães atípicas 24 horas por dia, onde o cuidado do seu filho com deficiência – aqui estamos falando do transtorno espectro autista – está na mão dessa mãe 7 dias da semana, 24 horas do dia, e essa mãe sem rede de apoio nenhuma, sem assistência social nenhuma, e essa criança, que não vai ser

criança para sempre, daqui a pouco vai ser um jovem, daqui a pouco vai ser um adulto. Eu queria perguntar para os vereadores onde estão os tratamentos terapêuticos especializados para os autistas pelo Sistema Único de Saúde? A minha filha está desde 2018 no sistema Gercon, ela vai fazer sete anos e foi diagnosticada com um ano; assim estão muitas famílias dentro do projeto, com crianças crescendo, passando por podas neurais, sem acesso a intervenções terapêuticas. Aí eu sempre questiono do que vale a lei do diagnóstico precoce se junto com ele não tem as intervenções terapêuticas? Quando eu falo em intervenção terapêutica, eu não estou falando daquilo que é ofertado no Santa Ana nem no Cerepal, porque aquilo está longe de ser uma intervenção terapêutica, onde passas anos e anos no sistema Gercon, onde a família tem que judicializar para chegar lá, e, quando chega lá são ofertados 20 minutos de terapia quinzenal de fono, 20 minutos de terapia ocupacional e um neurologista, um psiquiatra que está ali para medicar, medicar e medicar essas crianças. Isso é crime, é criminoso fazer uma mãe passar anos esperando para chegar num atendimento que não pode nem levar o nome de atendimento ou de acolhimento. No Cerepal, a mesma coisa; o Cerepal está há mais de ano sem fono e sem terapeuta ocupacional, e é o mesmo segmento, porque eu já judicializei o Cerepal, eu fui chamada no ano passado, em outubro, para uma primeira conversa; sabe para quando marcaram a primeira avaliação com a equipe? Para daqui a 8 meses – uma avaliação com a equipe, que brincadeira de mau gosto! A gente tem uma neurologista especializada que pode dizer para vocês todos os danos que essas crianças sem acesso ao tratamento sofrem no decorrer do tempo, essas crianças, que estão ali numa prisão domiciliar, porque é isso que acontece, sim, dentro de casa, com a mãe adoecendo, sem acesso a nada, como o senhor disse, Conselheiro, a gente bate em todas as portas... Eu já bati em todas elas – porque a minha caminhada não começou ontem, vai fazer sete anos – e eu recebi “não” e portas fechadas em todas que eu bati, nos conselhos tutelares, nos CRASs, em todos os lugares: “não”, “vamos ver”, “vamos retornar”. A gente está falando de saúde, de acesso à terapia emergencial, para ontem, não é engatinhando, não é um passinho de cada vez, não é, porque a gente tem

mães com filhos autistas regredindo, nós temos autistas que convulsionam 10, 11, 15 vezes por dia, e a mãe assistindo. As mães estão doentes, isso não é uma frase feita e reproduzida, as mães adoecem, sim, com depressão, sim, sozinhas, sim, sem rede de apoio total. E sequer acesso a médicos nós temos, por quê? Porque a gente tem que ir lá ao posto de saúde pegar ficha. E o atendimento prioritário é para autista não é para mãe, não é para cuidador, não é para o responsável. Eu não vou para uma UBS passar duas, três horas para pegar ficha, passar no acolhimento, chegar no médico, com a Angelina ao meu lado, ela vai entrar em crise, ela não vai conseguir esperar duas, três horas para que eu seja atendida. Quem vai cuidar dessa família? Quem cuida dessa mãe?

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Só queria fazer um complemento, Érika. Uma demanda que eu tenho recebido muito no meu gabinete: os pais estão preocupados, daqui a pouco, eles não estão mais aqui, o que vai ser dos seus filhos?

SRA. ÉRIKA ROCHA: Pois, então, aí entram as moradias assistidas.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Essa é uma das principais preocupações que eles estão tendo. Eu recebi um pai e uma mãe aqui que já são de uma certa idade, o filho tem 37 anos, e o dia que eles não estiverem aqui, o que vai ser?

SRA. ÉRIKA ROCHA: Bom, eu não sei, porque com a gente aqui já é um descaso total, uma negligência total. Comigo ao lado, eu vejo a minha filha sem acesso à terapia. Eu vejo a minha filha que perdeu dois anos da educação inclusiva. Hoje, a minha filha é uma criança que não tem referência para escola especial, está estudando, hoje, lá na Luciana Borges. E ela tem toda a capacidade de estar numa escola regular, mas foi lá que ela recebeu acolhimento, que ela não recebeu dois anos da educação infantil na escola regular. Foi lá que ela está conseguindo conviver com os demais colegas e

recebendo aquilo que as crianças autistas, com deficiências deveriam estar recebendo em todas as escolas privadas, estaduais e municipais – em todas. E eu digo mais e com tristeza: Luciana Borges foi, durante muitos anos, escola referência, hoje não é mais. Uma escola que atende crianças com deficiência, só crianças com deficiência, de todos os tipos de deficiências e níveis, não tem banheiro adaptado. Não tem banheiro adaptado para trocar as crianças, tem crianças, jovens que têm 80 quilos, não tem adaptação para cadeirante, numa escola especial, como é que não tem numa escola que já tem há anos? Mas que descaso é esse? Agora vir dizer que essa é a nossa escola de referência e não olhar de dentro para fora da escola, desculpa, eu até vou fazer um pedido para os vereadores para que faça uma visita lá na Luciana Borges, para que olhem as adaptações que não existem no banheiro da escola. Eu estou direcionando para a Luciana Borges, mas eu posso colocar isso no todo, no plural. Inclusive, a escola está, desde o ano passado, solicitando monitores para a SMED e até hoje não foi mandado monitores, só tem dois monitores na escola para uma escola inteira de criança com deficiência, está errado.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Uma das pautas – desculpa, vamos fazer esse bate-bola – que também eu vivi muito, hoje, a porta de entrada para a saúde mental, principalmente criança e adolescente. Hoje nós temos o postão do IAPI e o postão da Vila Cruzeiro. E a entrada, muitas vezes, o que acontece? Ela não tem a diferenciação ali, não tem ali criança e adolescente irem para alas diferentes, não, vão todos para a mesma ala. Então, hoje, as maiores altas a pedido dos conselhos tutelares o que é? O estresse que as mães passam ali, porque, muitas vezes, elas têm que ficar dois, três dias, uma semana sentada numa cadeira, o filho numa maca – nada contra morador de rua, nada contra usuários de droga – no meio de todo mundo ali, um gritando, outro esperneando, outro algemado. Então hoje tem essa questão que é uma coisa que nós vamos trazer aqui para esta comissão. Eu acho importante nós trazermos para esta comissão essa porta de entrada, porque aí o que acontece? Vai lá e leva o teu filho, chega lá a mãe tem que ficar dois, três dias até sair a

compra de vaga, o que a mãe vai fazer? “Não, eu não quero mais ficar aqui.” Ela tem o poder de chegar e fazer pedido de alta, então ela assina um documento lá pedindo alta para fazer tratamento em casa, aí o que acontece? O Ministério Público automaticamente tem que ser acionado, e o Ministério Público daí tem que mandar um ofício para os conselhos tutelares para chamar os pais, para aplicar medidas para ver se eles, de fato, deram continuidade ao tratamento. Essa é a realidade que nós enfrentamos hoje.

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Eu participo do Projeto Angelina Luz e conheço um pouco da área da saúde, porta de entrada, porque sou técnica de enfermagem do SAMU. O que eu posso dizer é exatamente o que tu falaste, só que a questão é que, quando se consegue comprar essa vaga ou ela consegue entrar numa clínica que já existe, como o Hospital Espírita, a internação é de 21 dias, onde essa criança não tem assistência nenhuma e fica dopada, vulnerável e os primeiros dias, com certeza, amarrada em cima de uma cama.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Aí elas saem de lá dopadas, passando o efeito da medicação, elas voltam ao normal, voltam a si, e aí a situação fica dez vezes pior quando ela volta à realidade.

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Para isso, existe uma solução simples, que é capacitar esses profissionais que estão atuando lá. As empresas que gestam são todas terceirizadas, eu acredito que 90%, 99%, posso estar enganada, mas eu acredito que sim, no Hospital Espírita é assim, e de quem é a responsabilidade para capacitar os profissionais que atendem? Então, eu acho que os vereadores podem cobrar, inclusive, via Ministério Público, que sejam capacitados esses profissionais.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Que atendem aonde?

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Atendem nos hospitais de internação, que eles sejam capacitados para atender. E que conste em licitação a continuidade desses treinamentos para esses profissionais.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Só vou explicar aos vereadores: por exemplo, o teu filho dá entrada lá na emergência da psiquiatria, não tem vaga no Município, ele fica aguardando até sair a compra de vaga judicialmente, em alguma dessas clínicas, ou São José ou alguma dessas clínicas particulares custeadas pela Prefeitura.

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Exatamente. A solução é simples, e o profissional que não se adaptar, não se adequar pode ser remanejado para outro setor, enfim, essa questão não é nossa, não é o administrativo do hospital. Mas tem que ser cobrado treinamento desses profissionais, tem que mudar o método, a forma de atuar dentro das internações para ser mais efetivo. Não é só o primeiro acolhimento de porta de entrada, não adianta a criança voltar dopada. Quando ela volta dopada, os pais também se assustam, porque a criança volta em condições degradantes para qualquer ser humano. E os pais também ficam preocupados e acionam novamente o serviço de saúde, porque eles também não sabem o que fazer, porque que aquele não é o filho deles.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): O Ver. Cassiá não ficará até o final, e ele é brilhante nos encaminhamentos que ele faz, que são sínteses. Eu já queria sugerir, na presença do Ver. Cassiá, porque eu vi que isso está ao alcance da comissão, a comissão pode entrar com projeto de lei para exigir a capacitação dos serviços terceirizados. Isso é municipal. Decorrente, claro. Mas a capacitação, que não é exigida, e a sua sugestão é genial.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Interessante. Eu sou vizinho do Hospital Espírita, eu ajudo muito, e eu te pergunto, pois eu não vejo criança lá: tem criança lá? Tem? Poucos. Mas é adulto?

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Hoje tem um anexo ali, o Santa Ana, que fica do lado.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): O Santa Ana é uma coisa, o Hospital Espírita é outra coisa. Tenho curiosidade de saber, porque eu me dou muito bem com o gerente do Hospital Espírita, e a gente poderia, como o Ver. Pedro Ruas suscitou aqui, conforme o que sair aqui, a gente suscitar uma explicação, fazer uma visita no Hospital Espírita. Nas vezes em que eu fui lá – sou vizinho, 50 metros –, eu nunca vi a criança e isso me chama a atenção. Pode ser que sejam separadas.

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Só para ressaltar... No momento da internação intra-hospitalar, a criança, é óbvio, fica separada, até os 18 anos. Porém, a internação é permitida a partir dos 13 anos. E a gente não pode esquecer o fato de que o autista não termina aos 18 anos, ele é adulto, ele é idoso, esses a gente não pode esquecer. E a maioria aqui é mãe de criança, mas tem a Nara, que filho dela já tem 13 anos, e eles vão crescer e vão se desenvolver, assim como nós, e eles vão continuar sendo internados nesses espaços, e hoje eu posso dizer com certeza, de tortura.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Essa é uma das grandes reclamações dessa porta de entrada e de o tratamento ser normal para todos. E não, quando é uma criança com espectro autista, hoje a minha chefe de gabinete é psicóloga, também está se formando em medicina, então a gente tem um entendimento, e ela também sempre nos passa os atendimentos, de que está totalmente errado tratar as crianças, os adolescentes, enfim, os adultos, dessa porta normal de entrada. Porque isso prejudica muito, não só a qualidade de vida, muitas vezes está passando por um tratamento, e acaba desregulando tudo, porque ele vai estar lá num local totalmente sem estrutura e sem pessoal que compreenda, muitas vezes, a forma como ele tem que ser tratado. A mãe

sabe; mas muitas vezes esses profissionais não são capacitados para lidar com esse tipo de situação.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Eu só vou concluir, porque a gente tem a Presidente da AFAPA aqui também e os demais, então eu queria deixar um pedido aqui, em relação às escolas, às adaptações: isso tem que ser visto, tem que ser vistoriado, tem que ser fiscalizado, tem que ser feito, não é uma opção fazer ou não; tem que ser feito. Tem que ser feito. Tem que ter monitores lá para o Luciana Borges, são necessários monitores para o Aparício Borges...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Esses dois que têm são judicializados ou não?

SRA. ÉRIKA ROCHA: O quê?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Os monitores.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Não. Não são judicializados. E outra coisa que eu queria falar aqui é a respeito do atendimento prioritário, pois existe a lei, que, se eu não me engano, foi do Paulo Brum.

SRA. GISELE DOS SANTOS: O autista tem direito, dentro da classificação de risco, a passar na frente no atendimento. Eu estou cansada, muito cansada, de ter que mandar as famílias chamarem a Brigada Militar para serem atendidas com prioridade. Eu pego uma mãe que está com o filho doente, já esperando há horas, sem saber o que fazer, sendo mal atendida, muitas vezes agredida verbalmente dentro das instituições de saúde, e eu digo para ela: “Deu! Encerrou aqui! Chama a Brigada Militar!” Eles atendem, em menos de cinco minutos a lei é cumprida, mas é somente assim. Estou cansada de ter que indicar para as mães fazerem isso. Até chegar nesse momento, o autista já se desorganizou, pois está doente, está se sentindo mal, a situação já ficou três vezes pior, essa

mãe já está acabada, tudo virou uma briga, quando ela vai para casa com o filho doente, muitas vezes sem a indicação correta porque os profissionais não têm capacitação para trabalhar com espectro autista, desde a porta de entrada até o atendimento não existe essa capacitação, e eu não tenho mais o que dizer para essa mãe além disso: “Chama a Brigada, porque só assim se resolve!” Precisa isso? Por que quem atende ali, quem passa o boletim não sabe da lei? Precisa chegar a esse extremo o tempo inteiro? E é o tempo inteiro, gente. Eu faço muito isso. Muito.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Onde é esse espaço?

SRA. ÉRIKA ROCHA: No Conceição, no Presidente Vargas, na UPA da Restinga, no Postão da Cruzeiro, eu posso continuar, eu posso citar, posso fazer uma lista de quase todas as unidades de saúde, porque são um pouco mais de 500 famílias, e eu tenho feito o acolhimento dessas famílias. Então, eu posso citar quase todos de Porto Alegre.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Eu acho importante primeiro as mães e as entidades falarem, para depois as secretarias responderem. Porque agora é o momento de solicitar, enfim, de fazer essa crítica, e depois, no caso, as secretarias respondem.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Eu também queria saber por que é que tem a lei que diz que em todos os locais públicos e privados tem que ter a placa de “prioridade no atendimento” e os locais não têm, muito menos incluído o símbolo do autista, porque se é lei, é obrigatório. E já passou o prazo. Quem fiscaliza isso? Não está sendo fiscalizado. Eu gostaria de saber e pedir a fiscalização, porque é outra situação corriqueira de todos os dias, de a gente chegar e perguntar onde é a fila de atendimento prioritário e não tem, mas tem que ter. E ali começa toda uma briga que a gente não tem necessidade. A gente já tem uma carga diária. E eu queria comentar a fala do vereador, o autismo da minha filha não é o problema;

o problema é a negligência, o problema é a sociedade, e eu sou grata a Deus, sim, pela benção de ter me dado a filha que eu tenho. Isso não é nenhuma carga para mim, a carga é tudo aquilo que é de direito das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, a que elas não têm acesso – é lei, é direito. Não adianta a gente ficar fazendo PL, PL, PL; a gente tem que pegar aquelas leis, aqueles direitos já existentes e colocar na prática, porque de teoria nem uma pessoa com autismo evolui. E a gente tem que lembrar também dos autistas jovens que conseguem ainda frequentar a escola e, quando chegam ali no ensino médio, para onde é que eles vão? Para lugar nenhum, porque a gente não tem sequer espaço de convivência para jovens autistas. Eles voltam para dentro de casa com aquela mãe em regressão, eles ficam com depressão, e se adoecem muito mais toda aquela família. Se para as crianças diagnosticadas – crianças com dois, três, quatro, cinco anos – não se tem acesso à intervenção terapêutica, essa família não tem acesso à assistência social, eu acho bonito todo mundo falar quem cuida de quem cuida, porque ninguém cuida, o Município não cuida, o Estado não cuida – não cuida! E esses autistas que concluem a escola vão para onde depois? Cadê o espaço para esses jovens e para os adultos? Isso tem que ser pensado e para já, porque moradia assistida, como o senhor disse, isso já é direito adquirido, e nós não temos nada no Município de Porto Alegre.

SRA. NARA M. C. PINHEIRO: Boa tarde a todos, meu nome é Nara, sou presidente da AFAPA, estamos aqui, a gente já esteve aqui um tempo atrás, eu, profa. Carla, com Ver. Alex, com o Ver. Cassiá, antes da pandemia. Então, a nossa luta vem muito antes, o meu filho está aqui, é o Mateus, ele completou 13 anos, e me acompanha em todos os eventos de que eu participo. E a demanda que a Érika falou é a mesma que acontece na nossa associação. Nós temos quatro grupos de WhatsApp lotados, com mais um grupo de adultos, só de autistas adultos, onde eles também falam de todas as demandas que eles também se queixam, desde as universidades, onde eles também não têm atendimento, onde também não têm monitores. Um estudante de medicina veio dizer para nós que a coordenadora falou: “Teu lugar não é aqui”. Então, assim a

coisa já começa lá na universidade quando esses profissionais se formam, que não têm capacitação, e a coisa vem vindo. Então, assim eu acho que tem muitas questões que a gente tem que trabalhar, acho não é numa reunião aqui agora que a gente vai conseguir resolver tantas questões. Acabamos de receber, a minha colega está aqui, a Verônica, que também me ajuda nos acolhimentos diários, de um tio que disse: “Olha, a mãe dessa criança está hospitalizada, eu tenho 68 anos, minha esposa tem 50 e poucos anos, e o que eu faço com esse menino autista? Essa é a questão. Ele não foi... Não foram feitas talvez as terapias que ele deveria ter feito para ter mais autonomia, o que eles precisam? Fazer terapias para ter autonomia. Se eles não fizeram as terapias necessárias, vai acontecer isso, não vamos ter condições, vamos levá-los para onde depois se eles não conseguem nem tomar um copo d’água sozinhos, nem se vestirem sozinhos? Então, a coisa é um conjunto de fatores que a gente tem que conversar aqui. As creches sem monitores, porque não é só nas escolas; as creches também estão negando vagas para as famílias de autistas, e isso nós temos diariamente. Hoje estavam várias pessoas conversando em um dos grupos, eu falei: “Pessoal, nós estamos indo lá, só que a coisa é devagar, a gente sabe que existe uma burocracia, nós estamos aqui para ajudar, vamos todos caminhar de mãos dadas, mas nós estamos aqui para ajudar, porque a caminhada toda é nossa”. Então, o que a Érika fala é o que acontece também na AFAPA, são essas demandas todas, a gente sabe que precisa buscar os atendimentos, e sabemos que diariamente vêm pessoas buscando diagnóstico, e não é só da nossa... A gente não tem muito braço para tudo isso, e a gente precisa do apoio de vocês. Só precisamos sentar, conversar e achar de que forma a gente pode resolver todas as questões. Seria isso.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): A gente pode começar ouvindo, presidente, talvez, o diálogo comece...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Mas vai trocando, vai alternando, que a gente não conseguiu ouvir a área de governo, que eu acho importantíssimo, que é quem pode responder ao que a presidente Nara falou... com diálogo, como compor, como acertar, como melhorar um pouquinho.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Nara, isso aí é muito importante, porque é como eu sempre digo, tem direito aos monitores, não né? O que a gente faz? Por exemplo, são 25 alunos, sendo uma criança com espectro autista, não tem monitor. O que a professora faz? Ou ela garante o direito de uma e viola o direito de 24, ou viola o direito de 24 e garante o direito de uma. Então, imagina, a maioria, principalmente nas escolas municipais, que são as principais escolas que têm os monitores judicializados. Só que daí, os monitores não podem dar auxílio para outra, é somente para aquela criança que a mãe judicializou.

SRA. DANIELE VALIANTE MONTIEL: Sou a Daniele, sou psicóloga, minha primeira vivência como educadora. Quando tu dizes que ela atende uma e viola 24, ou atende 24 e viola uma, nenhum dos dois acontece. Ela, na verdade, não consegue atender ninguém, a realidade é essa, porque é inviável tu estares dentro de uma sala de aula sem um monitor, com uma turma de... não precisam nem ser 24, podem ser 6, ou 8 na turma, é inviável. Não tem como.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Sim, e essa é uma questão, porque isso eu estou dizendo ali, na realidade do dia a dia, porque, muitas vezes, tem a contagem. Se tem uma criança com diagnóstico, daí ela acaba suprimindo ali, tem uma soma... dois ou três... dois, não é? Então, já diminuem dois, a turma não pode ter alunos a mais porque tem uma criança com diagnóstico. Então, mas essa questão, principalmente dos monitores, eu acho que é um dos maiores gargalos, porque eu sempre digo: fala-se muito em inclusão...

SRA. GISELE DOS SANTOS: Não é só isso, não adianta ter um monitor em sala de aula, um aluno recém saído do ensino médio, por exemplo, se ele não tem capacitação para trabalhar com os nossos filhos. Não adianta ter uma professora que fez uma cadeira que educação especial numa faculdade para trabalhar com os nossos filhos e nunca recebeu uma formação por parte da SMED. Um dos nossos pedidos que vem sendo feita é que tenha pelo menos um monitor por turma, e que esses professores recebam capacitação obrigatória e continuada, porque só ser ofertada não resolve. Em certo momento a Dona Josiara disse que os nossos filhos não são só dos monitores e do AEE, são de toda a escola. Se os nossos filhos são de toda a escola, por que toda a escola não está preparada para trabalhar com eles? A minha filha não come no refeitório da escola, porque ela sofreu um trauma com a cozinheira; ela derrubou a comida e a cozinheira foi extremamente rude com ela. Para uma criança no espectro autista, isso é grave. Ela está com 12 anos hoje na escola, isso aconteceu aos oito anos, ela não entra no refeitório da escola. Uma criança com seletividade alimentar, onde aquele espaço seria importantíssimo para ela, e ela não entra no refeitório. Se a minha filha e os nossos filhos são de toda a escola, por que não tem essa preparação? A gente não consegue que o guia de alinhamento pedagógico tenha um espaço exclusivo para a educação inclusiva, onde o profissional de AE possa preparar outros professores. As demandas dos outros alunos acabam se sobrepondo às demandas dos nossos filhos e esse espaço acaba sendo tomado pelos outros, e esse um perde o direito dele.

Não sei se é um projeto de lei, como eu sempre digo, eu sou só uma vendedora de churrasquinho que teve que aprender sobre leis, que teve que aprender sobre saúde, que teve que aprender sobre as instituições, para poder ajudar e acolher essas famílias. Onde está a assistência social dentro da escola, para saber se o problema ali é a falta de acolhimento da escola, é a estrutura da família? Onde está o psicólogo para entender que, talvez, a mãe também tenha transtorno, por isso ela não está conseguindo levar a criança na escola? Onde estão as instituições? Cadê o acolhimento dessas famílias? Eu, vendedora de churrasquinho, faço o acolhimento dessas famílias, saio da minha casa, passo

horas na AFAPA, vou para dentro das escolas, e as instituições onde estão nisso? Por que eu tenho que fazer isso? Por que as pessoas não estão... o pessoal da área da saúde não está capacitado, o pessoal da educação não está capacitado, o que está acontecendo? O que falta para acordar? Uma criança a cada 36 é a expectativa mundial, não é Dra. Fabiana? Quando nós vamos acordar para isso? Quanto sofrimento ainda vai ser gerado? A minha filha perdeu as três... (Ininteligível.) neurais dela, por falta de tratamento, e tem criança em situação muito pior que a minha filha, acreditem, a minha filha, ainda assim, é privilegiada, porque eu consigo pagar as terapias dela, depois de muita briga com o convênio, porque as instituições privadas também não estão preparadas. Quando vamos acordar? Quanto sofrimento mais vocês vão permitir que aconteça nas mãos de vocês? (Palmas.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Existem três passos numa lei, falaram muito em leis aqui. Lei que não é regulamentada não é lei. O que é uma regulamentação no caso específico de vocês? Eu gostaria que vocês vissem o que foi regulamentado em relação a essas leis de que vocês estão falando, para que nós possamos cobrar. Por exemplo, ela é aprovada aqui, sancionada pelo prefeito, mas o órgão competente tem que executar, regularizar, dizer como será tratado lá na ponta, senão, não adianta lei. No Brasil são feitas de 7 a 10 leis por dia, mas, na realidade, a maioria não é regulamentada. Então, peço que vocês nos ajudem, façam uma relação de leis. Eu gostaria de saber, por exemplo, tudo que vocês estão falando aqui, se a Secretaria da Educação e da Saúde regulamentaram que tem que ser assim, tem que ser assado... Isso é muito importante, muito importante até para nós. O que é regulamentar? É dar uma instrução para o setor. Se fazem totalmente ao contrário da lei, isso para mim não é regulamentar; isso é confundir ainda mais. Então, acho que esse é o primeiro passo da fiscalização sobre uma lei: se ela foi regulamentada e como foi regulamentada. Isso é muito importante.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Bom tarde a todos, Érika, Nara e demais. A minha pergunta é para a Secretaria de Saúde, uma pergunta bem preocupante, porque pessoas nos procuraram e a gente vê o absurdo do descaso, infelizmente me entristece. Tenho apoiado muito a Secretaria da Saúde, temos ajudado com várias emendas impositivas, das emendas impositivas a metade vai para a saúde, que a saúde não tinha. Daqui da Câmara de Vereadores são 36 vereadores, em torno de quase R\$ 800 mil de cada vereador vai para a saúde, além de emendas impositivas que nós também ajudamos a saúde, postos de saúde, vários lugares para poder dar o atendimento à população. Eu fiz um pedido de informação sobre o período, em média, que as pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista estão aguardando para que comecem a ter reabilitação e acompanhamento multidisciplinar, encaminhadas pelas unidades básicas de saúde de Porto Alegre. Qual a resposta que eu tive?

“Em resposta de acordo com informações prestadas pela Secretaria de Saúde, por intermédio da sua unidade de regulação ambulatorial, informa que pessoas diagnosticadas com transtorno de espectro autista tem suas solicitações inseridas na agenda de reabilitação intelectual ou de estimulação precoce, a qual recebe outras pessoas com deficiência intelectuais. Contudo não há como informar uma previsão de atendimento na especialidade reabilitação intelectual, tendo em vista que diariamente ingressam no sistema novas solicitações e que essas podem ser classificadas com prioridade mais alta, alterando, assim, frequentemente, a fila de espera, os tempos de espera são divididos por classificação de risco e também por complexidade. Algumas especialidades têm tempo de espera baixo, em média complexidade, mais alta e alta complexidade, por isso não é possível afirmar que a média desses tempos esteja em acordo com o que de fato ocorre. Classificação com prioridade 1: 233 dias, 7 meses. Classificação com prioridade 2: 835 dias, 2 anos e quatro meses.”

Quer dizer, é o cúmulo do cúmulo, do absurdo uma coisa dessas. Onde está o responsável da Secretaria de Saúde que não olha para a população, para as pessoas que mais precisam? A saúde está um caos, a dificuldade, nós sabemos de tudo isso, mas até quando nós vamos jogar as coisas para baixo do tapete e deixar ali? Quanto tempo? Até apodrecer? Até essas mães não aguentarem mais? Essas crianças, quando chegam aos 21, me perdoem falar dessa forma, são tratadas como se fossem descartáveis. Com 21 anos, elas não têm mais assistência, não têm mais onde buscar ajuda, e aí ficam as mães desesperadas com seus filhos porque não têm atendimento. Como se faz? Agora vamos,

classificação 3: 1.325 dias, 3 anos e 6 meses, será que nós estamos fazendo alguma coisa para ajudar quem realmente precisa? Eu acho que estamos andando de marcha ré, estamos voltando para o tempo das cavernas. Está tudo evoluindo no nosso País, as coisas estão correndo e a gente está... Se permitem, vou fazer uma classificação: a população idosa do País é a que mais está envelhecendo; hoje, 20%, 30% da população mundial é de pessoas idosas, vai chegar num período em que nós vamos ter quase metade da população do planeta idosa. O que nós vamos fazer com essa população também, Pedro Ruas? Outra metade autista, que também serão idosos. Daqui a um pouquinho, essas mães não vão estar mais aqui, não tem lugar nenhum para colocar essas crianças, esses adultos e adolescentes. Classificação 4, que era para ser a prioridade, que era para ser o primeiro, que era para estar na classificação em primeiro, e não em último... Aquela criança que precisa do maior cuidado, de ter maior assistência, que era para ser a primeira, sabe quantos dias de espera? Mil trezentos e trinta e dois dias, três anos e meio. Nós atendemos uma mãe do Projeto Angelina Luz, que tem dois filhos com autismo, um pequeno e um com 12, 13 anos. Ela tem que pagar do bolso dela, tira do salário dela, da mesa dos filhos dela para pagar o tratamento da criança, para que ela possa ter educação, possa saber colocar uma meia, tomar um copo d'água. A mãe tem que tirar do bolso dela, sendo que o salário que ela ganha, me perdoe, já é uma vergonha. Nós ajudamos também uma mãe, com uma menina de 12 anos, que não tinha carteirinha para andar na cidade, não tinha um salário para poder ajudar essa criança, não tinha ninguém para atender essa criança. Uma criança que não fala, depende 100% da mãe.

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Com licença, essa é uma realidade de todas nós aqui. Todas nós desembolsamos. Eu desembolso mais da metade do meu salário em terapias para o meu filho, fora a escola, que eu consigo hoje pagar uma escola particular, e o único atendimento que eu consegui, depois de uma fila de espera de um ano e meio, que foi pela FADERS, que foi a TO, ele teve alta este ano “porque a fila tem que andar”.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Eu coloco a minha equipe, o meu gabinete, o Leonardo está ali comigo, trabalha... Eu sou presidente da Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência aqui na Casa, fizemos um projeto de lei para tirar aquelas sirenes barulhentas das escolas, está para aprovar esse projeto. Também fizemos um projeto para colocar na carteira de identidade o diagnóstico. Não tem por que todo ano ter que renovar o diagnóstico daquela criança porque a deficiência é permanente.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. NARA M. C. PINHEIRO: Se foi sancionada a lei, por que a secretaria, a farmácia do Estado, continua pedindo o laudo atualizado? Não há comunicação, o que está acontecendo?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu tenho uma questão de ordem, presidente. Nós estamos apresentando demandas sérias, importantes, nós estamos aqui também apresentando a nossa boa vontade com o tema, mas o governo está aí. Daqui a 35 minutos termina a reunião e nós não vamos ouvir o governo.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): A gente vai escutar, eu tenho certeza. Eu agradeço.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Nós temos 35 minutos.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): A Sra. Madeleine, representando a Secretaria de Saúde, está com a palavra.

SRA. MADELEINE SCOP MEDEIROS: Boa tarde, atualmente estou representando a secretaria da saúde e eu sou diretora técnica interina do Hospital Presidente Vargas, mas eu sou chefe da psiquiatria. conheço um pouco

o tema, eu sou psiquiatra de adultos, mas o nosso hospital tem atendimento para pacientes com Transtorno do Espectro Autista e atende a parte psiquiátrica, a gente não tem o atendimento integral. O centro do autismo vai começar a funcionar agora a partir do dia 5 de maio, inicialmente com capacidade instalada para 300 pacientes/mês. Nós não achamos que ele vai abarcar toda a necessidade, mas é um início, e a gente sabe que essa necessidade de vocês é toda verdadeira, a gente sabe que vocês não estão, de maneira nenhuma, exagerando, muito pelo contrário, é de conhecimento de causa que vocês falam isso. É muito impactante isso que a gente ouve, a gente ouve isso todos os dias, e a gente está do lado de vocês nessa luta. Eu vou levar várias questões aqui já direto para o hospital para que a gente possa capacitar também o nosso quadro. Muitas vezes – a maioria –, são estagiários de colégio que fazem essa primeira interação, abordagem com os familiares, e eles trocam a cada três meses, então a gente faz capacitação, daqui a pouco tem que fazer de novo e de novo. Mas eu vou levar direto, porque acho que é muito importante o paciente e a família serem bem acolhidos. Acho que isso é o início apenas da luta, a luta é muito maior do que isso. E eu também quero dizer que a secretaria tem essa demanda que é contínua e cada vez maior por conta também do aumento do número de casos, que tem sido uma progressão geométrica. Eu estou na psiquiatria há 30, e a gente não lidava com esse número de pacientes com Transtorno do Espectro Autista, isso é algo novo. Nós tínhamos outras deficiências, nós tínhamos o autismo, que era muito mais restrito. Não que não existisse, mas eram outros diagnósticos, e, atualmente, está surgindo com uma força muito grande, por conta do diagnóstico, que foi ampliado, mas também por conta do aumento mesmo do número de casos. Então acho que o centro de tratamento do autismo é o início, não vai dar conta de tudo. Vocês têm que continuar essa luta, e a gente está do lado.

SRA. LUCIANA DA SILVA CAMPOS: Com licença, então eu já vou deixar um pedido aqui – eu acredito que seja das gurias também –, que vocês definam o fluxo, porque em nenhum dos locais aonde a gente vai, em nenhum deles, seja

escola, seja saúde, em qualquer local, ninguém sabe como chega ao centro do autismo.

SRA. MADELEINE SCOP MEDEIROS: Inicialmente, esse fluxo vai ser através da Secretaria Municipal de Educação, junto com a rede de saúde.

SRA. DANIELE VALIANTE MONTIEL: Eu gostaria só de fazer uma colocação. Quanto tu colocaste que esse primeiro atendimento é feito por estagiários que mudam de três em três meses, eu acho que a gente também tem que pensar na questão de gestão. Olha, tu vais e volta, vais e volta, porque a cada três meses tu mudas esse grupo de acolhimento, a cada três meses tu tens que capacitar novas pessoas, e é uma capacitação – vamos ser francos – muito rasa.

SRA. MADELEINE SCOP MEDEIROS: Não é a capacitação das pessoas que atendem o autista.

SRA. DANIELE VALIANTE MONTIEL: Não, não o autista, tu disseste que são os que acolhem as famílias.

SRA. MADELEINE SCOP MEDEIROS: Não, não, não são os que acolhem as famílias, eu acho que eu me expressei errado. É a pessoa, é o estagiário da recepção, não é o que acolhe as famílias, é o recepcionista para todos, não tem um recepcionista específico.

SRA. DANIELE VALIANTE MONTIEL: Sim, tudo bem, mas, se a gente for pensar um pouquinho, esse recepcionista para todos, em alguns momentos, vai receber famílias atípicas, e não só atípicas, com outras questões. Eu não estou determinando, mas sugerindo refletir sobre isso, porque tem uma rotatividade alta e, querendo ou não, sendo franca, a gente perde qualidade de recepção, seja na mais simples. Isso é algo que precisa ser pensado. Quando a Gisele disse que toda escola tem que estar capacitada, qualquer espaço que a gente

for, principalmente de saúde e educação, também tem que pensar nessa capacitação.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Eu vou ter que sair, tenho uma reunião agora. Só gostaria de saber o que se pode fazer – essa é a pergunta que eu fiz para a secretaria – sobre os períodos, o que se pode fazer para amenizar, para melhorar, para que as famílias não tenham essa espera gigantesca, esse parto. A gente tem que fazer alguma coisa, tem que sentar com as pessoas responsáveis, com quem pode ajudar, e buscar uma solução. A gente não pode, a gente não pode fazer uma reunião dessas e a gente não ter uma resposta ou não sair daqui com um encaminhamento, sem conversar com as pessoas que podem resolver essa situação. O que precisa? O que nós podemos fazer, como vereadores, como comissão – não, é Pedro Ruas, Alex e Marcelo? A gente tem que ter uma resposta, e nós queremos uma resposta, e eu vou esperar. Só me perdoem, mas tem uma pessoa me esperando ali no meu gabinete. Contem comigo, eu acredito que isso aqui tem que mudar, isso aqui é inaceitável, inaceitável.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Presidente Marcelo, eu gostaria de fazer uma sugestão de encaminhamento para a nossa comissão: muitas vezes, nós temos debates que atingem um certo limite de alcance, porque existem algumas decisões que são decisões de governo, não são os servidores e servidoras que trabalham na secretaria que vão ter a caneta na mão para fazer a operacionalização dos encaminhamentos, das demandas que surgem, isso é uma questão de governo. O governo; o prefeito Sebastião Melo não quer contratar, deixou isso bem claro, e, quando possível, terceiriza todos os serviços públicos que estão na sua frente. Isso é decisão de governo. Então eu sugiro que nós possamos ter sempre nas nossas reuniões uma representação do gabinete do prefeito e da Secretaria Municipal de Administração, que é quem tem a caneta na mão para gerenciar o fluxo de caixa, porque não adianta demandar para representante da SMED que está faltando monitor, é óbvio que

está faltando monitor. Quando há demanda judicial e uma imposição, o monitor sai mais caro, sai o dobro do preço, pelo menos, do que o monitor contratado, o servidor de carreira. Então a terceirização é nociva, é terrível, só que isso é uma decisão de governo. Então o gabinete do prefeito Sebastião Melo deve se fazer representado nas nossas reuniões; se não, infelizmente, a gente está aqui tentando buscar um paliativo, puxar um pouquinho o cobertor curto, mas, infelizmente, são 100 pessoas, não dá para fazer diagnóstico, não dá para fazer atendimento, não dá para prestar um bom serviço público. O que a gente tem, infelizmente, é a gambiarra, é tentar fazer o máximo com a estrutura miserável que Porto Alegre oferece para essa demanda, que é uma demanda importante. Isso é uma questão governamental. O Prefeito deveria ter uma representação aqui para falar em nome dele, não servidores de diferentes áreas. Isso é uma questão estrutural, é a cabeça do governo, é um projeto de governo, e isso precisava estar aqui nessa discussão. Obrigado.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP): Quero deixar bem claro que eu não estou aqui querendo crucificar o pessoal da saúde. Eu estou falando que a gente tem que achar uma solução. E se é o prefeito Melo, alguém do gabinete do prefeito ou próprio prefeito, então vamos fazer reunião com o prefeito. Essa comissão aqui tem condições de pleitear essa reunião com ele, é importante, e aí nós colocamos na mesa o que se precisa. Eu quero agradecer. Obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Temos 27 minutos. Há mais perguntas a fazer para a psiquiatra. As outras duas sequer falaram. Eu já vou pedir, de imediato, aqui, presidente, uma nova reunião nos critérios que o Ver. Alex Fraga falou. É evidente que temos que ter uma nova reunião, porque temos 27 minutos para ouvir novamente a psiquiatra, para novas perguntas e para ter depois uma posição do governo. É claro que é uma questão de governo. Mais do que isso, é uma questão de escolha, uma questão de prioridades. Dizem que falta verbas, mas esta Casa isentou, só para dar um exemplo para vocês, tirou imposto fora, liberou de pagar impostos, a Fraport. A Fraport é uma multinacional alemã,

bilionária, que tem mais de 100 aeroportos no mundo, e ela foi isenta de pagar aqui em Porto Alegre um milhão de reais por dia, que é o que ela pagava. Depois de ganhar licitação, depois de assumir o Salgado Filho, depois de ter ganho tudo; não era para trazer, ela já tinha ganho, ela já estava aqui, e ela pediu uma isenção de ISS e recebeu a isenção, votada aqui nesta Casa. É claro que o cobertor é curto, foi tudo para a Fraport. Olha o que é um milhão de reais por dia na cidade de Porto Alegre. Por dia! Então, é uma questão de governo. Sim! Mas eu sugiro que a gente tenha uma nova reunião, presidente, mas ouça o governo. Ouça. Não estou dizendo que a responsabilidade é dessas senhoras, moças, jovens, senhoritas que estão aqui, mas estou dizendo que devemos ouvi-las, elas foram convidadas.

SRA. KARLA FERNANDA WUNDER DA SILVA: Só para fazer um parêntese, porque para falar, tem muita coisa: O quanto realmente o transtorno é uma pauta de interesse público. Autismo não é modismo, ele não é uma discussão para se ter agora, de uma hora e meia, e nunca mais falar sobre o assunto. Ou se passa a debater isso efetivamente, como uma política pública, ou então nem se gaste o tempo, o desgaste das famílias e outras pessoas que vem para discutir isso. Não é uma pauta para um dia só, é uma pauta para muito tempo. Tem muita coisa acontecendo, tem muita coisa errada. Hoje é um para 36, em 2025 é um para um. É uma pesquisa nos Estados Unidos. Não é mais raro, ele está aqui, está presente, batendo na porta de todo mundo. Então a gente precisa pensar nisso, o quanto isso realmente é interesse de política pública, o quanto é interesse desta Casa discutir isso. São quantos vereadores, 36? Os meus sabem que eu ando atrás deles feito rato. Mas se todos os 36 tiverem esse interesse, e bastante deles têm, mas aí estão divididas as forças.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Mas aí tem a Fraport.

SRA. KARLA FERNANDA WUNDER DA SILVA: Então só para a gente pensar nisso.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Acho que a Fraport tem mais apoio que a causa. Não. Como? Trinta milhões por mês tu não ganha no ano? Claro que não! Nem em 10 anos, não é possível. Se tu ganhasses, não estavas aqui.

SRA. FABIANA MUGNOL: Prezados vereadores, Presidente, senhoras e senhores, e por que não, pessoas que simpatizam e que lutam pela mesma causa. Venho aqui hoje não representando o governo. Eu sou a Fabiana, sou neuropediatra e eu estou aqui porque eu acredito que a gente plante sementes de um mundo melhor. Eu não atendo o sistema público de saúde, mas eu posso fazer a minha filantropia e ajudar tantas outras pessoas no meu consultório. Eu não preciso publicar quantas pessoas eu atendo gratuitamente no meu consultório, mas eu queria dividir que essa realidade é igual para todos, tenhamos dinheiro ou não. Faltam profissionais para que a gente possa fazer atendimento, para que a gente possa fazer diagnóstico. Faltam recursos para que cheguem aos diagnósticos diferenciais, para que a gente faça diagnóstico das comorbidades, e falta, sim, muita, mas muita assistência ao que acontece fora dos limites do consultório. Depois do diagnóstico, essas famílias precisam buscar atendimento, elas precisam terapias de reabilitação, elas precisam da inclusão na escola. E eu falo com muito orgulho que eu fui muito forjada pela educação, a educação me ensinou muito, porque a gente conseguiu, na nossa formação, ter nenhuma aula sobre transtorno do espectro do autismo. Quantas tu tiveste na tua formação? Então a gente precisa falar sobre isso.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): São médicas que não tiveram nenhuma aula sobre o tema.

SRA. FABIANA MUGNOL: Mas o que eu vejo é que nós precisamos estabelecer grupos de trabalho. Eu acho que se nós fizermos um grupo de trabalho com objetivos muito claros, e um alcance que seja algo indissolúvel entre saúde e educação, eu acho que nós estaremos muito mais próximos de alguma situação no mínimo adequada, pois a ideal a gente não vai ter, a gente já sabe. E isso

precisa também do atendimento de ponta, como já foi falado aqui. Com muito orgulho também, posso dizer que eu já trabalhei na regulação do serviço de atendimento de urgências médicas, e nem nisso a gente tem dignidade para atendimento de uma criança ou de um adulto com transtorno do espectro do autismo. Para as equipes isso também é difícil. A mesma pessoa que está atendendo um politraumatizado é a mesma que vai atender alguém num surto psicótico, numa ideação suicida, e às vezes na nossa tela a gente tem que fazer escolhas: eu vou atender o politrauma ou vou para o surto psicótico? Então a gente sabe que temos que fazer muitas renúncias entre saúde, educação, as maternidades, as paternidades atípicas. Mas quando a gente fala de um para cada 36, e se nós pensarmos em epilepsia, que todo mundo sabe o que que é, é um para cada mil, realmente, nós estamos falando de um problema de saúde pública e também para os nossos cofres de uma forma mundial. Porque, se nós tivermos pessoas com menor autonomia, quem vai suprir as necessidades delas?

Eu falo com bastante orgulho que eu tenho 25 anos de formada, e eu já tenho os meus primeiros pacientes que já perderam um dos pais, e esses dias quando faltou a mãe de um paciente meu, a irmã me ligou de Minas Gerais e me disse: Fabi, a mãe faleceu, tu és a primeira pessoa a saber, porque como é que a gente faz para dar essa notícia para o meu irmão? O pai está hospitalizado, e o que a gente faz de agora em diante? E essa é uma realidade; esse é só um dos casos. Então eu acredito muito que a gente tenha que fazer um grupo de trabalho e começar a dignificar a nossa existência e deixar isso um pouco mais leve para todas as famílias, para as escolas, para os profissionais, porque a gente também se frustra muito de não poder ajudar mais. Eu acredito que a gente tem que conscientizar a todos que nós estamos todos do mesmo lado. A gente não está puxando para um lado ou para outro; a gente tem que caminhar numa mesma direção. A escola não é nossa inimiga, a saúde não é nossa inimiga, pelo contrário, quanto mais nós nos ajudarmos, mais fácil isso fica e mais longe nós chegamos.

Então proponho, e eu, como sempre, estou aqui para ajudar no que for possível, eu acho que a gente precisa fazer uma comissão que seja apartidária, é por uma causa, e essa causa é muito maior. Todos nós vamos experimentar a vivência com pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo dentro das nossas famílias, um para cada 36, hoje é uma realidade em todas as nossas famílias. Muito obrigada.

SRA. JOSIARA SOUZA: Boa tarde a todos e todas, eu sou a professora Josiara, já conhecida de alguns. Exatamente como a Dra. Fabi disse, eu acredito em rede, vocês sabem, eu acredito no coletivo, eu não acredito que só a escola sozinha vá dar conta, por mais que se oriente, por mais que estejam juntos. Hoje mesmo nós estamos com um grupo aqui no Ana Terra trabalhando, os professores de sala de recurso; nós temos escolas que já fizeram a semana inteira, capacitando seus professores, capacitando seus funcionários, cozinha, limpeza, que são terceirizados e que precisam também dessa capacitação. Sabemos da demanda do nosso desafio que é a demanda de monitores, mas também digo para vocês que não acredito só que simplesmente um monitor lá vai ser a solução para nós, eu posso colocar dois por sala e nós não teremos a solução, porque nós também temos que trabalhar muito com esse profissional que está lá. Esse aluno, eu repito isso: ele é de todos dentro da escola, e antes de chegar a um diagnóstico, antes de chegar uma criança autista, chegou uma criança na escola, e eu tenho que saber o que é da infância e o que é do transtorno, eu tenho que saber diferenciar isso. É fácil? Não. Todos aceitam? Não. A gente vai ter resistência, mas a gente vai trabalhar sempre que nós estivermos, porque eu sou professora da rede e eu sempre brinco e digo: estou aqui desde 2021, não vim fazer carreira, então eu volto para onde? Volto para a sala de aula, e está aqui a doutora que foi minha parceira muito tempo em sala de aula quando eu não sabia o que fazer, eu não sabia como atender. Com toda formação, cada autista é único, cada plano de trabalho que eu tinha ele não era às vezes para um ano, nem para o semestre, era para a semana e talvez tinha que mudar, e quando eu via que eu não ia dar mais conta, nós recorriamos sim

à Dra. Fabiana que sempre foi para nós uma Bíblia Sagrada. Ela sabe, quando eu cheguei na Secretaria, eu tive uma grande dificuldade com uma escola; a quem eu recorri? Dra. Fabiana, vamos fazer uma reunião *on-line*, prontamente ela me disse: faça tudo no amor à camiseta, tudo no amor e graça. Então essas parcerias sim, nós acreditamos muito.

Essa semana eu estava ouvindo a Câmara de Senadores e estava a nossa diretora, a Zara, que a diretora de políticas públicas da SECADI, falando exatamente sobre isso, e aí eu gostei de ouvir porque a gente tem as leis, e talvez seja um pouquinho do que o vereador estava nos dizendo, que a nossa conselheira do Conselho Nacional, a Suely Melo, ela está na sua, como ela mesma disse, na quarta década, mas ela sempre lutou pela Educação Especial, e a Suely estava nos colocando que eles estão na metade das diretrizes para os apoios de inclusão para o Espectro Autista. Então vocês vejam bem, o Conselho Nacional não conseguiu nem concluir as diretrizes, e nós já estamos com uma legislação há muito tempo, e isso me chamou atenção porque nós trabalhamos hoje também com os conselhos estaduais e municipais sem diretrizes, porque o Conselho Nacional também não conseguiu elaborar as suas diretrizes ainda. E aí nós ouvindo a nossa conselheira nacional, nós temos um desafio muito grande aqui no Sul, mas ela nos relatou situações assustadoras do resto do Brasil. Eu vou dizer isso para vocês que, como professora, eu também tenho que estudar e também tenho que saber um pouquinho, é uma causa nossa. Não é por que hoje eu estou na Secretaria que eu esqueci o que é uma sala de aula, que eu esqueci o que é uma escola, eu venho de escola, inclusive noturna também, onde a gente recebe na EJA também alunos com Espectro Autista, quando não estão mais na escola ou naquela idade, dentro de uma escola até mesmo especial.

Então nós sabemos disso, nós sabemos da importância, nós vimos trabalhando bastante junto com a secretária na questão de uma política de ter mais RH nas escolas, é preciso. Hoje de manhã teve uma reunião com os diretores, está aqui o diretor Márcio que estava lá.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Professora, só uma perguntinha, porque tenho receio do tempo, porque teremos outra reunião. Mas não posso deixar de perguntar, porque foi colocado aqui que a Escola Lucena Borges não tem banheiro adaptado. Qual é a realidade, nesses banheiros adaptados, nessa escola e nas outras escolas municipais?

SRA. JOSIARA SOUZA: Todas as nossas escolas passaram esse ano por uma investigação, pode-se dizer assim, e tem um plano com a secretaria de obras, porque a sensibilidade nas nossas escolas, não só de banheiro, mas de outras questões de escadas, de rampa, também é algo que nos demanda. Nós vamos atrás, lá na vice-direção do Tristão foi um dos senhores, até não sei se não foi o Ver. Alex que nos deu uma verba, um PL, lá para a gente fazer uma rampa, porque nós descobrimos que as nossas roupas não eram adequadas. Então, para o senhor saber, quando a gente está à frente da escola, a gente, muitas vezes, vai estudando e a gente vê que não tem só um banheiro, não tem uma rampa que é adequada; tem a rampa, mas vamos colocar um cadeirante subir aquela rampa, a gente descobriu que a rampa não dava para subir, nós tínhamos alunos cadeirantes. Essas demandas nós temos em todas as escolas, no dia a dia da escola, para ir fazendo. Nós sabemos, sim, que a Secretaria está organizando uma forma de verba onde a própria direção também possa encaminhar algumas pequenas reformas. Por exemplo, esta semana eu tive uma escola que está organizando uma rampa na sala, porque a escola tinha cadeirante, os cadeirantes da escola passavam na porta, passavam na rampa, só que chegou uma menina maior, uma adolescente, e a cadeira é diferente. E aí a diretora me ligou, tem que abrir a porta porque a porta que tinha na escola não é mais suficiente. Então isso pode acontecer em qualquer escola, e está acontecendo, de a gente estar fazendo um ajuste. Não é um simples ajuste, precisa de toda uma engenharia junto, mas a Secretaria tem dado esse olhar. Nós temos escolas que têm, que são escolas comuns e que tem banheiro adaptado, porque a escola pediu, a escola sinalizou. Às vezes a gente tem que

sinalizar isso até para os próprios engenheiros, até para quem está fazendo a vistoria na escola.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Mas não temos os banheiros adaptados, isso é uma demanda...

SRA. JOSIANA SOUZA: No Lucena. E temos algumas outras escolas que já sinalizaram e já fizemos. A própria Escola Nossa Senhora do Carmo, que eu trabalhava à noite, tem dois banheiros adaptados, tanto feminino como masculino, porque a gente sinalizou, na época a gente se deu conta quando se estava arrumando os banheiros. Então, às vezes, isso é uma questão de períodos que a gente também vai fazendo esses ajustes.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Se a senhora me permite, isso pode ser uma demanda da Comissão. Se nós fizermos o pedido diretamente em relação ao Luciana Borges, eu acho que vai ser atendido. Eu fui secretário de obras e saneamento, alguns anos, do governo Olívio, fiz quase todas as escolas do Estado naquele tempo, postos de saúde, delegacias de polícia, enfim, tudo. Na verdade, é o pedido que chega, tem que haver o pedido.

SRA. JOSIANA SOUZA: Só vou concluir. Nós temos uma escola, por exemplo, hoje que está demandando um elevador devido a acessibilidade da escola. Aqueles elevadores pequenos para poder dar acesso ao pátio, porque algumas das nossas escolas são construídas em terrenos muito íngremes, muito difíceis de acesso, não só a questão do banheiro, mas de pátio também. Então a gente também tem essas demandas e, no primeiro alinhamento pedagógico, nós orientamos todas as escolas que tivesse espaço para fazer a formação junto com todos e todas da escola e continuamos orientando que esses espaços continuem nos alinhamentos. Isso é uma demanda, inclusive nós temos ido, as assessoras hoje tiveram fórum de manhã da EPPI, Educação Precoce e Psicopedagogia Inicial, porque as gurias estão em todas as escolas, dentro do possível, até

mesmo fora dos dias de alinhamento, mas para poder fazer essa formação. Não que seja o ideal, a gente precisa cada vez mais, mas pelo menos trabalhar a questão da infância, do desenvolvimento, porque, quando a gente vai numa escola de educação infantil, não é só a questão do transtorno, é a questão de todo desenvolvimento da infância que a gente precisa conhecer. Muitas vezes aquela criança não vai ser autista, mas ela tem um atraso de desenvolvimento e que precisa ser visto. Vereadores, eu acho que não só para o transtorno do espectro autista, mas também a questão da inclusão, a inclusão é um contrato social, ela é muito séria, isso é muito sério. O Brasil é signatário de várias leis importantes sobre inclusão, então é importante a gente fomentar a partir deste momento, mas também ter este pensamento para inclusão de todos e todas, principalmente falando das nossas comunidades onde as nossas escolas ficam, que são muito vulneráveis. Nós temos a questão toda de crianças que, muitas vezes, não têm a alimentação básica do dia, que é só da escola. Isso eu estou falando de escola de ensino fundamental, independente dessa criança ter ou não uma deficiência, ela tem um atraso no desenvolvimento porque ela não teve o direito de brincar, ela não sabe brincar, ela não teve a escola na educação infantil. Eu fui professora, já recebi crianças com 15 anos a primeira vez na escola e já recebi turmas inteiras de 1º ano que nunca tiveram educação infantil. É diferente o trabalho? É diferente. O que eu fiz? Eu tive que ir para UFRGS estudar com a professora Craidy, quem conhece ela sabe. Por quê? Eu não podia tratar aquelas crianças como um 1º ano comum que as que tiveram educação infantil. Então a gente tem que pensar e fazer algumas questões muito maiores no desenvolvimento das nossas crianças. Obrigada.

SR. MÁRCIO MALAVOLTA: Boa tarde a todos e a todas; aos vereadores; às mães e aos colegas profissionais. Sou diretor atualmente da Escola Luciana Borges, escola que foi citada aqui em alguns momentos. Vou começar a minha fala pegando a questão, primeiro, estrutural que foi citada, nós estávamos em reunião hoje pela manhã, e dizer que – ao meu lado está a Karla, já foi diretora da escola, sabe – esta é uma demanda antiga, uma luta muito antiga nossa da

escola por acessibilidade e com a verba que nós recebemos trimestralmente, que é a verba que nós gerenciamos como diretores da escola, não é uma verba possível de fazer uma reforma de um banheiro adaptado. A gente teve visitas este ano de engenheiros e arquitetos fazendo um projeto na escola.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Professor Márcio, qual é o valor da verba?

SR. MÁRCIO MALAVOLTA: Que nós recebemos hoje é em torno de 19 mil e alguma coisa por trimestre. Essa verba é para tudo, material de limpeza, pedagógico, pequenas reformas, lâmpadas, tudo que acontecer na escola, dentro de três meses, nós temos que utilizar.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Dá 80 mil por ano mais ou menos, um pouco menos.

SR. MÁRCIO MALAVOLTA: Um pouco menos do que isso, mas gira em torno disso. Por exemplo, nós estamos fazendo uma reforma elétrica que é uma emenda impositiva que o Ver. Alex conseguiu para escola, agora, passou a pandemia, estamos fazendo uma reforma parcial. São valores que passam de 50, 60, 80 mil reais que é a nossa verba anual. E aí nós não compraríamos produto de limpeza, não faríamos nenhuma outra questão. Sabemos que banheiro adaptado, espaços com trocador para crianças maiores, para adolescentes porque, às vezes, a gente tem crianças e adolescentes que necessitam trocar uma fralda e precisam. Por exemplo, nós estamos com uma menina que precisa ser deitada, ela não consegue fazer em pé essa troca de fralda, e isso a desorganiza. Então é um trabalho que eu acho que é muito importante. Assim, pegando também fala da Érica, quando ela cita que a escola já foi de referência, eu diria que a escola é referência ainda na questão que nós podemos dizer pedagógica, de atendimento, de acolhimento, na questão humana de formação. Os nossos professores e professoras têm mestrado, doutorado, vivem fazendo cursos e dando cursos na área. Agora, nós temos,

sim, a questão estrutural; nós temos muito que pensar sobre a questão estrutural, nós temos uma dificuldade e estamos passando por uma dificuldade com transporte escolar, porque as nossas crianças e adolescentes, para além da questão de existir o ônibus, eles têm uma que acessar ao ônibus muitas vezes. Nós temos crianças que não conseguem subir; o ônibus para na parada e ele leva um tempo muito maior do que outros para conseguir entrar no ônibus. E eu lembro sempre de uma aluna que era um espetáculo na escola, mas botava um ônibus para ela, ela sentava com bumbum no chão, e era o jeito que nós a levamos aos passeios, e muitas vezes a mãe nos ligava e dizia: “Ela não vai vir porque eu não consegui botar no ônibus”. Então eu acho que essas questões dizem respeito a um todo. Também queria deixar aqui o registro que eu sei das demandas dos vereadores, mas eu lamento muito quando a gente vem numa reunião e as pessoas não permanecem até o final para nós escutar, porque é muito importante o que tem que ser dito. Acho que as pessoas que mais têm a falar são as mães, são as pessoas que vivenciam porque tem o cotidiano, tem a realidade muito maior. E nós, como profissionais, tentamos aprender, trazer a nossa questão teórica e construir juntos e juntas.

Temos a questão da monitoria na escola, nós não queremos monitores para cada aluno de jeito nenhum, até é uma para nós que mais nos incomoda do que nos ajuda a pensar – estou falando da Lucena Borges, uma escola especial, organizada com turmas reduzidas e com bidocência, duas professoras ou professores, mas no caso são professoras por sala de aula. Criança nenhuma, adolescente nenhum, ou jovem adulto é atendido sozinho na nossa escola; sempre dois profissionais. Porque tu não tens como pensar uma proposta pedagógica real e realmente profissional, teórica e organizada para trabalhar sozinha ou sozinho numa sala de aula com crianças ou jovens adolescentes atípicos, como nós trabalhamos na Lucena Borges. Eu estou falando da nossa realidade, mas a nossa monitoria – e eu falei isso hoje pela manhã também com RH da SMED – está fazendo muita falta, nós éramos para ter seis monitores e atualmente temos duas. Três se exoneraram por que passaram até em concurso para professor...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Diretor, em um minuto e meio vai terminar a reunião, e nós temos de fazer os encaminhamentos antes, e há vereadores que ficaram até o final.

SR. MÁRCIO MALAVOLTA: Sim, eu agradeço aos que ficaram. Eu acho muito isso. Então, para finalizar a minha parte, eu acho que temos que ter mais reuniões. Esse é um tema que nós não podemos abordar com pressa. Eu não acho que nós possamos atropelar as questões, por que são questões que precisam de encaminhamentos reais. E, para finalizar, então eu diria duas questões: uma, nós precisamos de políticas de estado e não de políticas de governo, nesse sentido, não é contradizendo que o Ver. Alex disse, é no sentido de que políticas governamentais para responderem aqui sim, mas essas políticas precisam estar para além dos partidos políticos, para além dos interesses pessoais. E a outra questão é que a inclusão – e pensando no transtorno espectro autista – não se faz só na escola, ela precisa de uma cidade inclusiva. Nós precisamos espaços adaptados em todos os lugares, nós precisamos, na verdade, que as crianças, adolescentes e jovens adultos e adultos possam, sim, usar a Cidade e vivenciar a cidade de Porto Alegre. Porque a gente não os vê com frequência nos espaços públicos, e isto tem um grande motivo; nós somos muito importantes às famílias – os profissionais e os nossos vereadores – para que possamos essa transformação. Então, obrigado e espero que tenhamos reunião com mais tempo e que possamos fazer mais encaminhamentos.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, diretor. Uma pergunta. A escola atende quantas crianças?

SR. MÁRCIO MALAVOLTA: Quantas crianças a nossa escola atende hoje?

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Todas as crianças ou quantas com diagnóstico?

SR. MÁRCIO MALAVOLTA: Nós atendemos 83 crianças e adolescentes nas turmas regulares dos 6 aos 21 – porque lá eles ficam até os 21 anos. De zero a seis em EP e PI, nós temos 56 crianças atendidas, e sempre temos lista de espera. Neste ano, acho que é importante citar, a escola tinha 10 turmas e aumentou – cinco no turno da manhã e cinco no turno da tarde – e agora a escola tem 12 turmas, seis no turno da manhã e seis no turno da tarde. O que nos ajudou bastante a ampliar as vagas.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Essa provocação foi pelo seguinte, uma escola 100% que atende as demandas e não tem um banheiro... Então não há lógica. E nós, enquanto CEDECONDH, para fazermos os encaminhamentos... então, essa é a primeira de muitas, eu acho que a gente tem que amadurecer, sim. A senhora estava presente na outra que a gente teve, eu me lembro que foi muito importante também. Eu acho que esse debate na CEDECONDH, enquanto Comissão dos Direitos Humanos, entra principalmente essa questão que você está fazendo aqui. Aqui o nosso partido, volto a dizer, é a criança, o adolescente e os temas que vocês estão trazendo, principalmente a questão do que se diz direitos, Direitos Humanos. Então o nosso papel aqui, enquanto legislador, é sim estar cobrando o Executivo para que as coisas aconteçam. Nós somos os fiscalizadores do Poder Executivo, então, é nesse sentido que a gente precisa dessa questão até para os encaminhamentos, essa questão da visualização do símbolo, dos lugares, dos serviços, enfim. E que por que não, se está na lei? Então são em temas iguais a esses que nós vamos precisar, sim, dessa provocação de vocês para que a gente possa, sim, estar levando, estar cobrando. Vamos fazer uma visita na sua escola, diretor.

Eu volto a dizer, eu assumi aqui agora no dia 02 de fevereiro, então, eu posso falar daqui para o dia 02 fevereiro para frente.

SRA. ÉRIKA ROCHA: Eu queria deixar também mais uma demanda do Lucena, uma demanda que também é bem grave. Tem 17 crianças, do Lucena Borges, matriculadas na escola e que não têm acesso, elas não têm como chegar à

escola desde o início do ano. Elas estão matriculadas e não têm como chegar à escola porque não tem transporte. Essas crianças só têm uma única linha de ônibus que vai para lá, porque, no Lucena, eles não acolhem crianças de até 2 Km da residência, o Lucena é de Porto Alegre. Então tem mães que têm que pegar um ônibus com essa criança até o Centro da cidade, no Centro da cidade pegar outro ônibus para lá; parar na Saturnino, parar lá em baixo e andar todo aquele pedaço, porque lá não tem ônibus, as duas vans escolares são insuficientes; tem 17, porque eu tenho a lista, tem 17 crianças sem poder ir na escola desde o início do ano letivo, e elas têm que estar lá dentro. A gente queria saber como é que vai resolver isso.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Mas isso é importante, no dia que nós formos lá para...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): É, tem que apresentar isso aí.

SR. MÁRCIO MALAVOLTA: Só para ficar nítido para todo mundo; primeiro, assim, a questão do ônibus é por que só tem um ônibus circular que passa lá, que vem do aeroporto, e a questão é que para os alunos e alunas da nossa escola, para muitos, não é esta a questão. Desses alunos, nem todos estão sem ir; isso é importante também frisar; tem alguns alunos e algumas alunas como, por exemplo, vou citar um caso que é um menino cadeirante, esse, sim, por exemplo, está sem ir. Alguns estão indo ou menos vezes, porque não conseguem acessar o ônibus, ou alguns estão aguardando o transporte. Então nós temos alguns casos; o que nós temos são 17 na lista de espera para conseguir o transporte escolar, porque nós temos transporte escolar na escola; são duas caminhonetes, duas vans...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Mas no dia nós saberemos isso; não se preocupe.

SR. MÁRCIO MALAVOLTA: Não, só para deixar para todo mundo entender que está...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): No dia nós saberemos. Nós temos que ter encaminhamentos aqui, se nós sairmos sem encaminhamentos... Em primeiro lugar, haverá uma próxima reunião?

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Sim, haverá.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): E qual é a data?

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Nós vamos ajustar a data e comunicaremos, porque eu acho importante também chamar a Secretaria Estadual de Educação, porque são 90... Quantas escolas municipais?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): É; especiais; e, sim, e aí que é isso que entra a questão, porque é uma das maiores preocupações quando acaba o ensino fundamental e vai para onde? As escolas, infelizmente, não estão preparadas para receber os alunos.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu tenho alguns encaminhamentos. Posso apresentar?

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Por favor, Pedro.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Então, no Luciana Borges está encaminhado uma visita lá, enfim; a próxima reunião também está encaminhada; a questão é que foi falado sobre intervenções terapêuticas. Então nós temos de tratar desse tema, acho que vai ficar para a próxima reunião.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): A próxima reunião, deixa eu ver com o Thiago. Thiago, já tem alguma data aí? (Pausa.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Aquela moça que eu não registrei o nome; a Luciana. A Luciana falou que tinha uma solução simples, que é capacitar os profissionais que atendem nos hospitais de intervenção.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Dia 30 de maio, está bom para vocês?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Que conste da licitação; isso aí, é uma questão importante, o encaminhamento, que se a gente aprovar na comissão, nós vamos levar adiante, por isso que eu estou sugerindo aqui. A fila do atendimento prioritário, no atendimento da saúde; alguém referiu isso como importante; por que não está o aviso...

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): É a questão de fazer com que, já que está na lei, que esteja, bem específico e bem na entrada, principalmente dos atendimentos, a questão da priorização.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu acho que foi... Não me recordo, mas acho que foi... Bom, posso me enganar aqui, mas, enfim, talvez a Érika, eu não sei; alguém falou na capacitação obrigatória na SMED; a Gisele falou, que seria algo que eu conversei aqui com o Ver. Prof. Alex, também importante a capacitação obrigatória na SMED. Vejam que nós temos duas médicas, interessante isso, uma psiquiatra e uma neuropediatra, que não tiveram essa formação na medicina.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Mas a menina, a minha chefe de gabinete, que é a Kellen, ela diz que uma das maiores dificuldades é que as pessoas não são capacitadas para trabalharem...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Não tem psicologia, é uma tragédia.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Infelizmente essa é a realidade.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Diminuir a rotatividade na recepção, foi também mencionado aqui; em função do que foi dito pela Dra. Madeleine, eu acho, os estagiários de 3 meses; e também anotei como encaminhamento a sugestão da Dra. Fabiana, neuropediatra, de fazer um grupo, um grupo de trabalho permanente, contínuo, sei lá.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Porque, pelo menos, sobre a questão dos estagiários, Pedro e Alex, como eles são de 3 em 3 meses, que é uma mudança, então quando for uma criança que a mãe for lá e disser: “Olha, o meu filho tem espectro autista.” “Só um pouquinho, então, senhora.” Vai lá e chama uma pessoa capacitada para fazer a triagem dessa família. Então acho que seria uma forma também de ter mais agilidade e qualidade nesses atendimentos, até para não ter problema para prestar esses atendimentos, vereadores. Então, dia 30 de maio, gente, fica bom para vocês? (Pausa.)

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Mesmo horário; as comissões são sempre às 14 horas. Tiago, então, dia 30 de maio.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu gostei muito.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Aí, nesse meio tempo, nós vamos fazer essas visitas, vamos fazer esses ofícios cobrando, enfim, enquanto CEDECONDH, e sentando e pedindo, falando antes, de repente, com o governo, dizendo que essas pautas então sendo trazidas e que estão sendo muito relevantes, e vai ser a terceira reunião com a mesma pauta já que a gente está debatendo, e a gente precisa de um retorno. É essa a questão que esta comissão, e eu me coloco à disposição, enquanto presidente, demais vereadores, de a gente estar fazendo isso aí.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Está muito bom, presidente. Podemos formar o grupo antes.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Podem.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Secretaria de governo ou algo assim.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. KARLA FERNANDA WUNDER DA SILVA: É, a gente fala em formação do serviço continuado, que eu acho que é extremamente importante em qualquer área. Eu trabalho na graduação, a gente tem, na graduação, uma legislação que ampara a formação nas licenciaturas, e elas não existem. Mas existe na rede municipal uma quantidade de profissionais maravilhosos na educação; é uma das redes que tem gente mais habilitada. A gente tem uma quantidade enorme de doutores, de mestres, na rede, que estão nas escolas e que não são utilizados. Então, por exemplo, a gente tem no Luciana Borges vários profissionais que trabalham com formação de professores, eu sou uma delas, e

o diretor me libera para trabalhar nas próprias escolas da rede fazendo formação para os professores, mas por que a gente quer, porque a gente estabelece uma parceria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): O seu diretor libera?

SRA. KARLA FERNANDA WUNDER DA SILVA: Libera, libera, nos dias de alinhamento, para que a gente vá para outra escola, mas porque é uma parceria nossa, porque a gente entende que o meu trabalho também é esse. Eu fiz a minha formação com bolsa pública, então eu preciso voltar para a população de alguma forma, e a gente volta com informação. Poderia ser uma política pública que esses profissionais pudessem fazer capacitação para outros profissionais; faz parte do nosso trabalho; esse é o movimento inclusão, é uma engrenagem; a inclusão não é isolado, é uma engrenagem, e a engrenagem tem que funcionar, na engrenagem não há culpados, a gente tem que fazer ela funcionar. Então eu acho que é uma sugestão; usar os recursos humanos que a própria mantenedora tem e que é mal utilizado. (Palmas.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Com certeza. Então, gente, temos os encaminhamentos, e na nossa próxima reunião da comissão, no dia 30 de maio, às 14 horas. Muito obrigado a todos e a todas. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h10min.)